

Interseções entre a história do direito e a história da educação: um estudo sobre os reformadores da educação na década de 1920

LAILA MAIA GALVÃO*

Na década de 1920, reformas educacionais foram promovidas em diversos estados da federação. Tais reformas, lideradas pelos respectivos Diretores de Instrução Pública, ocorreram nos estados do Ceará, pelas mãos de Lourenço Filho, na Bahia, com Anísio Teixeira, em São Paulo, por Sampaio Dória, em Minas Gerais, por Francisco Campos, na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, por Fernando de Azevedo e em Pernambuco, por Carneiro Leão, apenas para citar alguns exemplos.

Dos administradores mencionados acima, verifica-se que todos se formaram em Direito e assumiram os postos de administração da educação nos estados ainda muito jovens. Aos poucos, foram assumindo para si a designação de “educadores”, fazendo da educação uma das principais áreas de atuação profissional. Nos anos 1930, ocupariam papéis centrais no processo de transformação do país. Muitos se aglomeraram no chamado Movimento da Escola Nova, que, em 1932, lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendendo a escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

Tendo em vista a relevância de personagens como Anísio Teixeira, Francisco Campos e Fernando de Azevedo na história da educação e em nossa história política, torna-se evidente a necessidade de melhor compreendermos suas ações no decorrer da década de 1920. De pronto, podemos lançar a seguinte indagação: o que levou esses jovens bacharéis em Direito a assumirem, tão jovens, cargos administrativos no campo da educação? Nesse sentido, pretende-se averiguar qual impacto da formação jurídica na trajetória desses administradores. Buscaremos testar a hipótese de que esses jovens bacharéis ocuparam cargos de menor prestígio como trampolim para uma futura carreira na política ou no Judiciário, mas que a emergência de debates mais intensos sobre educação no país teria feito com que esses bacharéis se tornassem efetivamente “educadores” e técnicos em administração escolar.

Considerando que a educação se tornou tema estratégico de intervenção da administração pública e que bacharéis e juristas passaram a atuar na área, inegável a importância dessas transformações para a história do direito. Assim, procura-se estabelecer

*Mestre em Teoria, Filosofia e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília.

um diálogo entre a história da educação e a história do direito que possa ir além da temática do ensino jurídico. Ademais, procura-se lançar um olhar da história do direito para um tema que normalmente é investigado no campo da história e da pedagogia. Talvez seja possível, assim, levantar questionamentos que não foram priorizados nas investigações realizadas por pesquisadores de outras áreas.

1. A reforma educacional em São Paulo e seu impacto – Sampaio Dória e Lourenço Filho

A primeira dessas reformas no campo da educação realizadas na década de 1920, promovendo uma mudança significativa de princípios e objetivos, foi a promovida por Sampaio Dória no estado de São Paulo. Bastante controversa, ela determinava a obrigatoriedade do ensino às crianças paulistas por dois anos, com o intuito de alfabetizar toda a população do estado¹.

Quanto à liderança de Sampaio Dória nesse processo, pesquisas têm sido desenvolvidas a fim de buscar novas interpretações a respeito das reformas do ensino idealizadas e promovidas por ele no estado de São Paulo. Valéria Medeiros (2002), em trabalho publicado sobre Sampaio Dória, faz menção a uma “presença ausente”, tendo em vista que a reforma de educação que Dória havia proposto para o estado de São Paulo desde os anos 1920 era constantemente mencionada nos debates sobre educação, normalmente acompanhadas de críticas, mas a figura de Sampaio Dória e seus rumos após a breve passagem pela Diretoria de Instrução Pública² nunca eram temas de destaque.

A tese de doutoramento de Valéria Medeiros (2005) se propõe, então, a responder uma pergunta fundamental: o que fez com que Sampaio Dória se tornasse Diretor de Instrução Pública do Estado de São Paulo?³. Para tanto, analisa as redes de sociabilidade construídas por Sampaio Dória em cinco espaços primordialmente: Escola Normal da Praça, Liga Nacionalista, Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo, Sociedade de Educação e

¹ Desde a década anterior, os debates sobre o atraso brasileiro por decorrência do analfabetismo de sua população tinham aumentado significativamente.

² Semelhante a uma Secretaria de Educação.

³ “Constatou-se que, enquanto a Reforma Sampaio Dória foi alvo de vários estudos, o sujeito que a nomina – Sampaio Dória – é pouco referido, a não ser por alguns dados biográficos que, no entanto, não explicam as credenciais, nem tão pouco as circunstâncias que o levaram a ser convidado pelo governador do Estado de São Paulo, Washington Luís, para o cargo de Diretor geral de Instrução Pública. Além disto, as informações fornecidas sobre Sampaio Dória não explicitam com quais ‘ferramentas mentais’ ele elaborou a reforma da instrução pública paulista.” (MEDEIROS, 2005, p. 12).

Lyceu Nacional Rio Branco. Nesse sentido, impossível desfazer a conexão entre a reforma de Sampaio Dória e as discussões promovidas no seio da Liga Nacionalista, organização inspirada na Liga de Defesa Nacional e que buscava defender ideais de patriotismo e civismo, sendo a educação um de seus principais instrumentos⁴.

É interessante notar, antes de qualquer coisa, que Valéria Medeiros parte do pressuposto de que o cargo de Diretor de Instrução Pública detinha forte relevância, tendo em vista o lugar de destaque que a instrução pública ocupava para os republicanos (MEDEIROS, 2005, p. 19). No entanto, é possível que tal cargo tenha adquirido relevância a partir da emergência da Liga Nacionalista e, também, à medida que a questão da educação pública ganhava terreno dentro da Liga (CARVALHO, 2010, 95-98).

A tese de doutorado de Valéria Medeiros, ao analisar essa rede de relações e contatos, verifica os nomes dos integrantes da Liga e estabelece, a partir daí, um vínculo direto da Liga Nacionalista com a Faculdade de Direito de São Paulo. A grande maioria dos integrantes da Liga eram professores e ex-alunos da Faculdade⁵, e participavam da Sociedade Patriótica e também da bucha⁶. Sampaio Dória se formou na Faculdade do Largo São Francisco em 1908, tendo sido amigo de Waldemar Ferreira e admirador de professores liberais e republicanos como Pedro Lessa. Após se formar, atuou como advogado e sócio de seu irmão e lecionou em um Ginásio. Em 1914, ingressou na Escola Normal da Praça e lá lecionou até 1920, quando se tornou Diretor de Instrução Pública. Na Escola Normal pôde retomar alguns importantes contatos com ex-alunos da Faculdade de Direito, passando a integrar a Liga Nacionalista em 1916.

⁴ Concomitantemente ao desenrolar da Primeira Guerra Mundial, surgiam no Brasil discussões mais articuladas sobre a formação de uma “nação armada” que estivesse preparada para enfrentar os desafios colocados pela nova ordem mundial. Várias organizações cívicas foram fundadas, sendo a mais importante delas a Liga de Defesa Nacional (LDN), de 1916, fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon (HORTA, 2012, p. 11). A Liga Nacionalista surgiria em São Paulo fortemente influenciada pela Liga da Defesa Nacional.

⁵ De onde se conclui que a Liga Nacionalista não era uma entidade majoritariamente de jovens e estudantes. Por mais que estudantes não tivessem liderança no movimento, considerava-se importante demonstrar o contrário (MEDEIROS, 2005, pp. 36-37). O projeto de construção da Liga abarcava o envolvimento maciço de estudantes universitários: “Além das suposições expostas, entende-se que a vinculação dos moços à Liga parece correr paralelamente às três metas principais (combate ao analfabetismo, instalação do voto secreto e obrigatório e instalação do serviço militar obrigatório). Para se construir o país, à maneira pela qual os bacharéis paulistas desejavam -, além das três metas explícitas, supõe-se que havia a necessidade de uma outra meta, latente, talvez mesmo deliberadamente implícita: a formação política dos estudantes do ensino superior a fim de que eles pudessem atuar politicamente na edificação de um projeto de criação de cidadãos da nova nação brasileira” (MATHIESON, 2012, p. 47).

⁶ Espécie de sociedade secreta integrada por alunos do Largo São Francisco. Segundo Medeiros (2005, p. 36) não há nada que indique que Sampaio Dória era bucheiro.

Ao tentar averiguar as credenciais que motivaram a ascensão política de Sampaio Dória, descartando algumas possibilidades e lançando luz para outras, Medeiros chega à conclusão de que Sampaio Dória ganhou espaço no decorrer da década de 1910, se engajando com afinco nas atividades da Liga e tornando-se dirigente desta⁷. Maria Marta Chagas de Medeiros, por sua vez, não se diz convencida da participação de Dória no grupo dirigente da entidade. Para a pesquisadora, Dória teria se destacado, a ponto de assumir o cargo de Diretor de Instrução Pública, por sua competência intelectual nas áreas educacional e jurídica, ambas de fundamental importância à Liga Nacionalista (CARVALHO, 2010, p. 29).

A repercussão da reforma em São Paulo e a polêmica gerada por ela foi significativa. Sabendo do esforço dos paulistas para a erradicação do analfabetismo, alguns políticos buscaram atrair para seus estados pedagogos paulistas. O governador do Ceará Justiniano de Serpa escreveu para Washington Luís⁸ pedindo que fosse enviado um pedagogo paulista para integrar a Escola Normal daquele estado. Na lista enviada, o nome de Lourenço Filho constava como última sugestão. Não obstante, somente ele aceitou ir para o Ceará já que os outros pedagogos tinham outros compromissos e ofertas de emprego. Lourenço Filho interrompe inclusive o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo para ir a Fortaleza (CAVALCANTE, 2009, p. 15-17).

Após um período dando aulas na Escola Normal, aulas estas que eram acompanhadas por diversos intelectuais cearenses⁹, Lourenço Filho foi convidado para atuar na Reforma da Instrução Pública. O falecimento de Justiniano Serpa em agosto de 1923 acarretaria em sua saída do governo (CAVALCANTE, 2009, p. 28). Ele então retornou a Piracicaba em 1924 para atuar como professor da Escola Normal daquela cidade.

Apenas em 1929, Lourenço Filho concluiria a Faculdade de Direito. Anteriormente havia começado a cursar Medicina, mas optou cursar Direito, provavelmente para facilitar sua

⁷ “Isso quer dizer que a Liga Nacionalista foi, efetivamente, chamada a indicar um representante para o cargo de direção da Instrução Pública de São Paulo, devido aos laços políticos, de certa forma secretos, entre Washington Luís, Altino Arantes e o grupo dirigente da Liga. Sampaio Dória, reconhecido por essa rede como seu representante, por suas características intelectuais e profissionais, assume o cargo e organiza tanto o recenseamento escolar quanto a reforma da instrução pública – afirmada, portanto, como obra coletiva.” (MEDEIROS, 2005, 318).

⁸ À época governador do Estado de São Paulo.

⁹ Esse contato com intelectuais cearenses é destacado no artigo de Maria Juraci Maia Cavalcante. A pesquisadora parte da ideia de que Lourenço Filho não teria chegado à capital cearense “pronto” ou com um entendimento acabado da Escola Nova. Assim, o contato de Lourenço Filho com professores e intelectuais cearenses teria sido fundamental para o desenvolvimento de suas posições sobre a educação (CAVALCANTE, 2009 pp. 17028).

ascensão a cargos de administração na área educacional¹⁰. O fato de que Sampaio Dória e Lourenço Filho se conheceram nas Escolas Normais paulistanas (MONARCHA, 2010, p. 22) pode também apontar para a possibilidade de Sampaio Dória ter estimulado o amigo a cursar a Faculdade de Direito. É possível que Lourenço Filho tenha se inspirado na trajetória de Sampaio Dória, em que o Largo São Francisco havia sido fundamental para que este criasse sua própria rede de contatos, a qual seria mantida mesmo após sua formatura.

2. Reformas da educação na Bahia e em Minas Gerais – Anísio Teixeira e Francisco Campos

No que diz respeito à formação jurídica de Anísio Teixeira, verifica-se que este fez o curso de Direito primeiro na Faculdade da Bahia e depois no Rio de Janeiro. De acordo com diferentes relatos¹¹, não se interessou muito pelo curso de direito, sendo pouco assíduo às aulas e vivendo como um verdadeiro seminarista, tendo em vista sua vontade de juntar-se à Companhia de Jesus¹². Na biografia produzida por Hermes Lima, menciona-se brevemente o contato de Anísio Teixeira com o professor de filosofia do direito Virgílio de Lemos¹³, tendo sido este seu primeiro contato com um pensamento baseado no racionalismo científico, oposto ao teologismo filosófico a que estava acostumado ao lado dos jesuítas (LIMA, 1978, p. 18).

¹⁰ De acordo com Carlos Monarcha, a Faculdade de Direito representava um espaço de contato com círculos do poder: “Logo, ingressou na Faculdade de Medicina, com o intuito de dedicar-se à psiquiatria; entretanto, ao cabo do segundo ano, interrompeu o curso por motivos ainda hoje não muito claros. Numa reviravolta de vocação, decidia-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, uma instituição que funcionava como local de integração em círculos sociais de poder. Desde o século XIX, o diploma de bacharel em direito representava valioso requisito para acesso aos postos da administração pública e ocupação de cargos políticos. O curso de direito foi concluído tardiamente, em 1929, quando sua reputação de reformador do ensino e intelectual-cientista já se encontrava a caminho da consolidação” (MONARCHA, 2010, p. 23).

¹¹ Biografias produzidas por seus amigos do biografado devem sempre ser lidas com cuidado, tendo em vista a carga emotiva dos seus autores e o intuito de defender os feitos do colega. Esse é o caso, por exemplo, das biografias de Anísio Teixeira escritas por Luís Viana Filho e Hermes Lima. Não obstante, é inegável que esses trabalhos apresentam informações relevantes sobre a trajetória de Teixeira, inclusive sobre aspectos de sua relação familiar.

¹² Hermes Lima comenta que, no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira “não se ligara em camaradagem mais ativa aos colegas, embora entre eles circulasse discreto e cortês” (LIMA, 1978, p. 18). Tal informação indica possivelmente que Anísio Teixeira não se envolveu com círculos de alunos no jornalismo acadêmico e nas sociedades secretas, dedicando a maior parte de seu tempo aos estudos religiosos. Também segundo Hermes Lima (1978, p. 18), Anísio lia muito nesse período Santo Tomás de Aquino.

¹³ Virgílio de Lemos, que advogou pela causa abolicionista no século XIX. Em 1900 foi aprovado em concurso e tornou-se professor de direito internacional, sendo posteriormente transferido para a área de Filosofia do Direito.

Em 1923, quando Anísio Teixeira já havia concluído o curso de direito e retornado à Bahia, auxiliou seu pai em missão política, viajando pelo sertão e realizando verdadeira campanha pró-Arthur Bernardes. Mesmo após as eleições, em que Arthur Bernardes ganhou por uma margem apertada a maioria de votos para assumir a Presidência da República, era preciso garantir apoio político ao governo.

O então governador da Bahia, Goés Calmon, era aliado político de Arthur Bernardes e, assim sendo, havia um interesse por parte do governador em retribuir esse apoio político recebido pela família de Anísio Teixeira¹⁴. Havia, ainda, o talento intelectual de Anísio Teixeira, que já havia chamado a atenção dos padres jesuítas baianos. O próprio Hermes Lima, que trabalhava à época para Goés Calmon, havia defendido o nome de Anísio Teixeira para ocupar um cargo no governo estadual¹⁵.

Seu Deocleciano, pai de Anísio, desejava que o filho assumisse a promotoria de Caetité, cidade em que residia. No entanto, Calmon argumentou querer manter a independência da magistratura e que isso não seria possível nomeando para a procuradoria o filho de um dos principais políticos da região. Calmon queria nomeá-lo para um cargo na capital e queria, acima de tudo, promover certas mudanças na estrutura administrativa já arraigada do estado. Uma dessas ações foi retirar o Inspetor de Ensino que permanecia no cargo já havia 20 anos e nomear o jovem bacharel Anísio Teixeira, de 23 anos, para a função (LIMA, 1978, p. 38). Foi nessa época que Luís Viana Filho e Hermes Lima, que viviam na mesma pensão, tornaram-se amigos de Anísio Teixeira (VIANA FILHO, 1978, p. 13).

As viagens de Anísio Teixeira aos Estados Unidos na segunda metade da década de 1920 foram fundamentais para sua mudança de percepção em relação à educação. Seu contato com a obra de John Dewey e sua experiência no Teachers' College da Universidade de Columbia foram determinantes para o rompimento do vínculo com os jesuítas, o que fez com que Anísio desenvolvesse uma visão de educação bastante própria e inovadora.

Após a experiência de assumir a Diretoria de Instrução Pública na Bahia e, posteriormente, seu contato com debates pedagógicos nos Estados Unidos, Anísio Teixeira abraçou a carreira de educador. Mais do que um simples burocrata da administração escolar,

¹⁴ “Não tardou Anísio a ouvir de Vital Soares, personalidade do mais alto conceito e da intimidade de Goes Calmon, que era ‘máxima’ a boa vontade do governador em relação aos Teixeiras. Logo depois Calmon convida-o a jantar em família na bela residência do Caquende” (LIMA, 1978, p. 36).

¹⁵ “Honrado pelo dr. Goes Calmon, que fora buscar-me no jornalismo para secretariá-lo, participei da campanha do candidato que ele estendeu a diversas zonas no interior e servi como oficial de seu gabinete. Eu já lhe houvera despertado a atenção para a pessoa e os predicados de Anísio, ainda a esse tempo em Caetité” (LIMA, 1978, p. 37).



Anísio quis revolucionar a educação pública no país, tornando-se uma das maiores referências da área até os dias de hoje.

Quando se menciona a reforma da educação promovida no Estado de Minas Gerais, associada ao jurista Francisco Campos, normalmente se utiliza o adjetivo “modernizadora”. Essa palavra era frequentemente mencionada por Francisco Campos¹⁶, então, Secretário do Interior de Minas Gerais, e pelo então governador Antonio Carlos de Andrada. Essa dupla de políticos atrelava, em seus discursos, a ideia de promoção da educação como caminho para o progresso. Diante de uma sociedade profundamente católica como a mineira, Francisco Campos foi capaz de articular politicamente um novo projeto de educação que colocasse no centro a ideia de ciência e de preparação dos jovens para um mundo em constante desenvolvimento científico e tecnológico.

Talvez já expondo sua característica de jurista adaptável (SEELAENDER; CASTRO, 2010), Francisco Campos se utilizou de vários aspectos da chamada Escola Nova em sua reforma educacional (OLIVEIRA; CARVALHO, 2014), sem romper por completo com aspectos mais tradicionais da sociedade mineira. Após sua passagem pela Secretaria do Interior de Minas Gerais, Campos assumiu, no governo provisório em 1930, o cargo de Ministro da Educação, promovendo também significativas reformas na educação em âmbito nacional.

Dos reformadores analisados nessa pesquisa, Francisco Campos foi o único que não abraçou por completo a denominação de “educador” ou “pedagogo”, uma vez que construiu sua duradoura carreira de jurista por meio da publicação de livros e artigos em revistas e também pela participação em círculos jurídicos. Isso não o impediu de assumir vários cargos importantes na administração pública na área da educação ao longo de sua carreira, incluindo o cargo de Secretário da Educação do Distrito Federal no lugar de Anísio Teixeira, em 1935, quando este passou a ser perseguido pelo governo Vargas acusado de envolvimento com o comunismo.

3. As reformas da educação no Distrito Federal – Carneiro Leão e Fernando de Azevedo

¹⁶ Francisco Campos se formou em Direito na Faculdade Livre de Belo Horizonte em 1914 e em, em 1919, tornou-se deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro. Dois anos depois já havia se tornado deputado federal.

“À Margem da História da República” foi um livro que marcou a crise da Primeira República na década de 1920, por meio da publicação de artigos de alguns intelectuais com análises sobre os principais problemas que o Brasil enfrentava à época. A coletânea de artigos foi organizada por Vicente Licínio Cardoso, sendo o único engenheiro de um rol de doze autores, onze deles formados em Direito (VENÂNCIO FILHO, 1981, p. 3). A publicação contou com artigos importantes como, por exemplo, o “Idealismo da Constituição” de Oliveira Vianna.

Um artigo de Antonio Carneiro Leão¹⁷ sobre educação, que havia sido publicado anteriormente em 1923, foi anexado ao livro. O “À margem da história da república” foi publicado em 1926, mesmo ano em que Carneiro Leão concluía seu período no cargo de Diretor de Instrução Pública no Distrito Federal¹⁸. O artigo de Carneiro Leão, que chamava a atenção do leitor para a questão da educação no Brasil, recebeu o título: “Os deveres das novas gerações” (LEÃO, 1981). É interessante notar que o livro organizado por Vicente Licínio Cardoso¹⁹ apresentava essa ideia de uma geração que nasceu e cresceu sob o advento da República e que não teria visto os ideais republicanos serem realizados. Assim, ao colocar o artigo de Carneiro Leão em primeiro, essa questão geracional era ainda mais enfatizada. Caberia à nova geração implementar os ideais republicanos, em especial a difusão da educação.

Carneiro Leão ressaltou em “Os deveres das novas gerações” a importância de promover a educação numa era civilizatória de base científica (LEÃO, 1981, p. 19), tentando convencer o leitor de que a discussão sobre a educação não deveria ficar adstrita a temas pedagógicos, mas deveria assumir o posto de tema estratégico nacional.

Vale notar que o interesse de Carneiro Leão pelo tema da educação foi manifestado por ele ainda durante a graduação. Carneiro Leão, que se formou em 1911 pela Faculdade de Direito do Recife, publicou o texto “Educação” em 1909, referente à conferência que pronunciou no Primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes (ARAÚJO, 2009, p. 124).

¹⁷ Carneiro Leão foi Diretor de Instrução Pública de 1922 a 1926 na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, e posteriormente ocupou o mesmo cargo em Pernambuco, promovendo a reforma da educação naquele estado.

¹⁸ Também nesse ano, Carneiro Leão publicou o livro “O ensino na capital do país”, em que realiza um balanço de sua administração no Distrito Federal.

¹⁹ Vicente Licínio Cardoso, organizador do livro, também se envolveu com o tema da educação. Foi sócio-fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE), surgida em 1924, e tornou-se presidente da ABE em 1928. Num ciclo de palestras organizado por Fernando de Azevedo para dar legitimidade à reforma que promovia no Distrito Federal no final da década de 1920, Licínio Cardoso dissertou sobre “A origem e evolução da escola moderna” (MONARCHA, 2009, p. 42).



Depois de formado, atuando como advogado e jornalista, viajou o país para dar conferências sobre educação (SILVA, 2006, p. 111). Já com destaque no cenário nacional nessa área, Carneiro Leão foi chamado a assumir a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal em 1922. No entanto, Carneiro Leão é mais conhecido pela reforma da educação que liderou em Pernambuco em 1928²⁰.

Fernando de Azevedo, que assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal logo após Carneiro Leão, em 1926, é personagem central da história da educação brasileira, tendo assumido ao longo de sua trajetória profissionais importantes cargos como presidente da Associação Brasileira de Educação, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Secretário da Educação do governo de São Paulo e também da prefeitura da capital paulista em distintos momentos.

Após período vinculado à Companhia de Jesus, decidiu-se por cursar direito. Foi aluno das Faculdades do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de São Paulo. Após se formar em São Paulo em 1918, passou a atuar como jornalista no *Correio Paulistano* e depois em *O Estado de São Paulo*. Também foi professor de latim e literatura da Escola Normal da Capital. Organizou, com o apoio do jornal *O Estado de São Paulo*, inquérito sobre a instrução pública naquele estado. A partir daí, Fernando Azevedo passou a ter contato mais intenso com os outros especialistas em educação, tornando-se referência na área, e daí adveio a escolha de seu nome para a Diretoria de Instrução Pública no Distrito Federal.

Tanto Carneiro Leão, quanto Fernando de Azevedo, nomes de peso dos debates sobre educação no Brasil, receberam prêmios internacionais e chegaram a ocupar cadeiras na Academia Brasileira de Letras. O prestígio social que obtiveram não foi oriundo de carreiras jurídicas, mas sim da carreira de educador.

²⁰ A reforma pernambucana normalmente é citada como aquela que integra o rol de reformas do movimento Escola Nova na década de XX. Valeria a pena desenvolver uma análise mais detalhada para compreender o motivo pelo qual a administração de Carneiro Leão no Distrito Federal não costuma ser tão mencionada. Aqui segue uma reflexão de Jorge Nagle que talvez nos ajude a entender a importância da reforma pernambucana: “Finalmente, a reorganização da instrução pública pernambucana realizada por Carneiro Leão (...). Da mesma forma que muitas outras, ela se caracteriza, especialmente, pelo esforço para estruturar e pôr em funcionamento os órgãos da administração escolar, bem como para aperfeiçoar os diversos níveis e tipos de ensino, principalmente o ensino primário e normal. Com a reforma realizada no Estado de Pernambuco continua a apresentação de soluções para resolver o mesmo elenco de problemas propostos desde o início da década. A reforma da instrução pública do Estado de Pernambuco não interessa apenas por essas razões. Sob determinado ponto de vista, representa a primeira reação às tentativas um pouco apressadas para introduzir, de uma vez e em conjunto, as normas do escolanovismo nos sistemas escolares estaduais. Se constitui um elo tardio no movimento reformista, constitui, também, um empreendimento que representa, com certa peculiaridade, a introdução do ideário da Escola Nova sistematicamente afirmado nas alterações que sofreram os sistemas escolares do Estado de Minas Gerais e do Distrito Federal” (NAGLE, 2009, pp. 219-220).



4. Conclusões

As informações a respeito dos reformadores da educação nos anos 1920 destacadas acima, por mais que não apresentem com profundidade detalhes da vida e da trajetória de cada um desses personagens, nos ajudam a responder às perguntas que deram ensejo a esta pesquisa. É possível perceber, por exemplo, que os reformadores tiveram trajetórias bastante distintas e que a aproximação com o campo da educação se deu de forma diversa em cada caso.

Sampaio Dória, por exemplo, se envolveu com importantes Escolas Normais paulistas e manteve contatos com professores e ex-alunos da Faculdade do Largo São Francisco. Foi decisivo seu vínculo com a Liga Nacionalista e seu destaque na análise de questões educacionais para que pudesse alçar o cargo de Diretor da Instrução Pública. A graduação de Anísio Teixeira não parece ter marcado sua trajetória, ao contrário dos contatos políticos de sua família e sua inteligência, que foram fundamentais para que ele galgasse o cargo de Diretor de Instrução Pública.

Carneiro Leão, desde a graduação, se mostrava interessado por debates pedagógicos e sobre administração escolar. Lourenço Filho e Fernando de Azevedo tiveram passagens profissionais por Escolas Normais e participação em debates pedagógicos e essas experiências, sem dúvida, favoreceram a escolha de seus nomes para as Diretorias de Instrução Pública do Ceará e do Distrito Federal.

Ao contrário do que se supunha, diante do destaque político do tema da educação, o cargo de Diretor de Instrução Pública, espécie de Secretário de Educação, ganhava prestígio. Assim sendo, a ascensão desses jovens bacharéis a esses cargos se dava pela capacidade intelectual desses bacharéis e também pela ideia de mudança e transformação simbolizada pela indicação de um jovem a um cargo na Administração Pública. Ademais, a partir da bibliografia analisada na presente pesquisa, depreende-se que a liderança nos processos de reforma da educação era um posto disputado e que cada vez mais se buscava indicar pessoas “técnicas” para essa posição. Esses bacharéis, portanto, passavam a ser caracterizados como “educadores” e “pedagogos”.

No entanto, é inegável que a passagem por faculdades de direito colaborava para o processo de legitimação dessas figuras e facilitava o contato com outras pessoas da burocracia

estatal. Nesse sentido, obras clássicas sobre a formação da elite brasileira e a correlação desses círculos sociais com o universo das faculdades de direito no século XIX (ADORNO, 1988; CARVALHO, 2003) podem ser úteis também para a compreensão da burocracia estatal no início do século XX. Por mais que bacharéis oriundos de outros cursos, como a Engenharia e a Medicina, ganhassem destaque, a burocracia estatal brasileira e o mundo político ainda eram predominadas por bacharéis em direito.

Aspecto que merece ser aprofundado é a amplitude dessas reformas promovidas nos sistemas escolares estaduais. Normalmente os projetos de lei elaborados e enviados às Assembleias pelos mencionados reformadores ultrapassavam os cem artigos, abarcando um enorme rol de temas e com diversas inovações. O debate jurídico acerca da regulamentação das escolas e do sistema escolar como um todo foi central nesse período²¹. Assim, por mais que os bacharéis tenham assumido para si a caracterização de “educadores”, com a exceção de Francisco Campos, algo da formação jurídica permaneceu nas práticas desses profissionais.

Também merecerá olhar atento no seguimento dessa pesquisa a formação desse círculo social de educadores, bem como as conexões estabelecidas entre esses reformadores. Para tanto, a história de algumas instituições, como a Associação Brasileira de Educação, e os debates realizados por meio de encontros e publicações diversas serão fontes fundamentais para se compreender os pontos de convergência e divergência.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Cristina. A reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos 1920. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19, jan/abr 2009, pp. 119-136.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. Introdução de Alberto Venâncio Filho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

²¹ “O aspecto legal da questão constitui-se no denominador comum da polêmica; a situação delineada parecer mostrar que a grande solução deveria ser encontrada em outra forma de disciplinação jurídica, que delimitasse, insofismavelmente, as novas e maiores responsabilidades do Estado no domínio da animação e difusão da cultura” (NAGLE, 2009, p. 300).



CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo: Editora Record, 2003.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *Sampaio Dória*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Do ensino de pedagogia à reforma da instrução pública na terra da literatura (1922-23). In: *O curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará: 1922-1923 - as normalistas e a pedagogia da escola nova*. Organizadoras: Maria Helena Camara Bastos e Maria Juraci Maia Cavalcante. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. Virgílio de Lemos – verbete do CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEMOS,%20Virgilio%20de.pdf>, acessado em 13 de maio de 2015.

HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LEÃO, Carneiro Antonio. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: *À margem da história da República*. Introdução de Alberto Venâncio Filho. Vicente Licínio Cardoso (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira – estadista da educação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MATHIESON, Louisa Campbell. *O militante e o pedagogo Antonio de Sampaio Dória: a formação do cidadão republicano*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orientadora: Carlota Boto, 2012.

MEDEIROS, Valéria Antonia. *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. Tese apresentada à PUC-SP. Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Orientadora: Miriam Jorge Warde. 2005.

_____. *Antonio de Sampaio Dória nos debates educacionais: a longa duração de uma “presença ausente”*. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. História e Memória da educação brasileira, 2002. p. 256.

MONARCHA, Carlos. Breve arqueologia e uma esperança prateada. In: *O curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará: 1922-1923 - as normalistas e a pedagogia da escola nova*. Organizadoras: Maria Helena Câmara Bastos e Maria Juraci Maia Cavalcante. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

_____. *Lourenço Filho*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.



NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVERIA, Pâmela Faria; CARVALHO, Carlos Henrique de. Educação e modernização em Minas Gerais: propostas reformistas na ação conservadora (1926-1930). In: *Revista História da Educação*. Vol. 18, n. 42. Porto Alegre. Jan/abr 2014, p. 131-150.

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite; CASTRO, Alexandre Rodrigues de. Um Jurista Adaptável Francisco Campos (1891-1968). In MOTA, Carlos Guilherme; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. (coord.) In: *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro (de 1930 aos dias atuais)*. São Paulo: Saraiva. 2010. p. 255 -292.

SILVA, Josie Agatha Parrilha da. *Carneiro Leão e a proposta de organização da Educação Popular Brasileira no início do século XX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. 2006.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Introdução. In: *À margem da história da República*. Vicente Licínio Cardoso (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.